

O ESPAÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA REGIONAL

FERNANDO PEDRÃO⁸

Resumo

Uma leitura social do espaço precisa recomençar desde os fundamentos filosóficos, entendendo que a perspectiva histórica atrela o espaço ao tempo. Torna-se inevitável superar o viés físico das ciências da natureza. Contrastam as conceituações de espaço da filosofia grega e do Iluminismo, assim como as diferenças de significado em sistemas pré-industriais e industriais modernos. A perspectiva histórica obriga a considerar espaços ativos e inertes, assim como leva a focalizar em uma dialética do espaço que seria a dinâmica de espaços que mudam de significado.

Palavras chave: Espaço social; Processo; Estrutura dialética do espaço

Abstract

Reading space from a social viewpoint must start from its philosophical foundations, as well as from the historical prospect that combines space and time. It becomes inevitable to superate the physical bias of sciences of nature. The contrast between the Greek perception and that of Iluminism brings in the differences among the industrial and the pré-industrial societies from which emerge a dialectics of space.

Key words: Social space; Process; Structure dialectics of space

JEL: O10;O11;O18

Preliminares

O tema do espaço tem sido tratado principalmente por geógrafos, tanto na tradição positivista como na marxista, geralmente com uma primazia aos aspectos físicos mesmo quando eles são colocados como subjacentes nos planos social e político. A questão do espaço ganha especial relevo para o Brasil que até hoje é um país que se expande em seu próprio espaço legal e em que a ocupação de espaços valorizados é um traço característico da modernização do país. A ostensiva penetração de capitais internacionais e de migrantes de outros países em etapas recentes do desenvolvimento da economia brasileira levanta polêmicas sobre a legitimidade dessa presença de interesses estrangeiros que usam recursos nacionais sem retorno significativo de investimentos e de proteção do ambiente¹. A combinação

de entrada incontrolada de capitais internacionais e de recomposição de um perfil de exportação de materiais de pouca elaboração tecnológica levanta uma questão mais profunda sobre o modelo geral do desenvolvimento do país, com uma visão crítica que envolve a questão do espaço.

Acerca de espaço há uma frondosa literatura que se estende desde a Filosofia à Física, da Geografia à Economia, dividindo-se entre visões de totalidade e de aspectos, entre um positivismo que vê o espaço como algo realizado e um historicismo que vê a produção social de espaço como algo integrante da realidade social. Uma reabertura do debate sobre espaço tem essa responsabilidade de ligar os espaços existentes à produção social de espaços.

Há um sentido de reivindicação nesta retomada do debate porque no campo social a reflexão sobre espaço ficou principalmente com a Geografia, geralmente com um foco na conceituação de espaços construídos. Falta uma abordagem na perspectiva

* Docente livre e Doutor pela Universidade Federal da Bahia, Presidente do Instituto de Pesquisas Sociais, professor da Universidade Salvador.

¹ A exploração de recursos minerais, turísticos e agrícolas alimenta uma nova versão de nacionalismo, desta vez ligando a proteção de recursos não renováveis à do ambiente, traduzindo as duas em proteção do mercado de trabalho assediado pelo desemprego em outros países.



“
Nos tempos modernos o chamado semi-nomadismo afetou grande parte do chamado nor-nordeste brasileiro, em que a percepção dos espaços abertos no Maranhão e na chamada pré-Amazonia define condições de espaço originais.
”

de quem teoriza sobre regiões. Na perspectiva de quem se ocupa de regiões é combinar os aspectos da materialidade da vida econômica com os da experiência social, que vai aparecer com o nome de cultura e de ideologia. Os espaços culturalmente diferenciados são os que foram ocupados por tribos e nações de modo prolongado, mas há diversos exemplos de situações extremas de regiões que foram invadidas por inúmeras nações, como a Sicília e outras como a Dinamarca que aparentemente resultam da permanência de um único povo. A maior parte dos espaços do Novo Mundo americano resulta de um único movimento de colonização europeu que se sobrepôs a uma variedade de movimentos de povos indígenas que foram destruídos ou que se desvaneceram. O princípio básico da colonização tem sido o mesmo mas ele deu lugar a uma variedade de processos coloniais, que por sua vez alimentaram processos subalternos no desenvolvimento político das nações americanas².

O corte introduzido pelo processo colonial foi fundamental. Hoje seria

extremamente difícil delimitar os espaços dos tupis, maias, olmecas, totonacas, wasi, chibchas, apesar de que marcaram como seus territórios espaços maiores que os da maior parte das nações da Europa ocidental. A descoberta de relações entre as civilizações andinas e as do Escudo Atlântico modificam completamente as noções de espaços americanos completamente separados. Nos tempos modernos o chamado semi-nomadismo afetou grande parte do chamado nor-nordeste brasileiro, em que a percepção dos espaços abertos no Maranhão e na chamada pré-Amazonia define condições de espaço originais. Para construir estudos sociais de base espacial na América Latina na prática torna-se necessário superar noções exportadas pela literatura gerada na Europa.

O trabalho que se desenvolve na perspectiva regional, isto é, de produção social de regionalidade e de regiões dá lugar a uma demanda de pesquisa sobre espaço que tem as duas conotações de rever os alicerces dos estudos regionais e de completá-los no sentido em que exige uma crítica interna do significado social de espaço. Assim, sem se apresentar como crítica dos estudos de espaço mas como uma visão crítica da conceituação de espaço, trata-se tentar um esforço no sentido de ver o papel desse conceito nos estudos regionais.

1. Espaço físico e social e análise social

O objetivo principal deste estudo é examinar problemas concretos da análise social aplicada identificada com processos regionais e de sua relação com a formulação de políticas. A conceituação de espaço se distancia daquela de espaços geográficos aproximando-se mais das de espaços civilizacionais. Aponta a aspectos em

que são obscuras as inter-relações entre as questões gerais da análise e da política econômica e as setoriais e regionais. Como a operacionalização da análise depende de um exame rigoroso de pontos controversos, propõe-se uma revisão conceitual e de método a ser montada a partir de um tratamento da dimensão espaço.

Este questionamento começa com o da própria noção de espaço, que vem sendo objeto de imprecisões e controvérsias, causadas pela separação entre as ciências sociais e seu enclaustramento em noções de objeto e de método que as isolam umas das outras, impedindo-lhes de aproveitar as experiências de suas congêneres. As ciências sociais ignoram teoremas das ciências físicas e vice versa. John Barrow trata o tempo como uma propriedade de espaços planetários (1988) enquanto Prigogine diz que o espaço só tem sentido em condições de tempo deste planeta (2002) e enquanto John Bell fala de processos espaciais não territoriais (1990). O progresso da arqueologia obriga a pensar em termos de espaços com diferentes funções territoriais e pertencendo a diferentes escalas de tempo. O significado dos espaços das colônias gregas na estruturação do espaço geral do Mediterrâneo foi menos decisivo que o do sistema de cidades integradas pelo império romano e estas, por sua vez, menos integradas com cidades em outros continentes que as mesmas cidades quando articuladas pelo império britânico.

Convém, portanto, utilizar referências conceituais que se situem na origem, consciente ou não, das ciências sociais que antecedem essa brecha disciplinar na sequência genética das próprias ciências sociais. Para Aristóteles (2006) espaço é a instância que permite distinguir posições

² Nestas reflexões são muito úteis os estudos comparativos das experiências latino-americanas, onde se destaca América Latina: história de médio século do Instituto de Investigações Sociais da UNAM (1985)

– em cima, em baixo etc. – e que um objeto contenha outro; e é o lugar do movimento (Física, livro IV, cap.1). Para Kant (Crítica da Razão Pura, seção 1, &2) o espaço é o lugar onde os objetos podem ser representados, não é um conceito empírico, é uma representação necessária *a priori*, não é um corpo é um *quantum*, não é mais que a forma dos fenômenos, Outrossim, espaço e tempo são princípios de conhecimento *a priori* isto é, implicitamente são concebidos em conjunto, são conceitos complementares. Mas para Fernand Braudel não há lugar para abstrações e os espaços são historicamente preenchidos por funções empíricas e têm um significado continental (1995).

Assim, das conceituações de ambos filósofos transpira a noção de que o espaço é um requisito dos estudos históricos do campo social. Por extensão as observações relativas ao espaço contêm referências colaterais ao tempo já que o espaço se atribui sempre ao tempo em contexto histórico. Este teorema foi proposto por John Miller em obra sobre a pluralidade civilizacional da Ásia Menor. O mesmo lugar que hospedou diferentes civilizações tem um significado atual à memória do anterior.

Deste modo se reconhecem as diversas dificuldades do uso do conceito de espaço nas ciências sociais: espaço físico VS, espaço funcional etc. Entretanto em uma discussão rigorosa em ciência social a única conceituação que resiste a essas pressões dispersivas é a de espaço social histórico. Frente à noção kantiana de um espaço vazio, anterior a qualquer experiência coloca-se a de um espaço historicamente construído da visão de Hegel. Será um espaço engendrado por relações sociais e transformado por elas. O espaço de uma nação sem território, que lhe confere identidade, é o de sua sedimentação cultural (à parte as habituais referências a povos semitas, é preciso anotar que nas relações entre nações indígenas no continente americano são freqüentes os desloca-

“
Mas esse tipo de análise se distingue por desenvolver-se dentro de limites epistemológicos próprios sem pretender ser uma assíntota das ciências da natureza, como bem o adverte Freund (1977).”

mentos territoriais de nações inteiras que, entretanto, mantêm intacta sua identidade). O espaço nacional de qualquer nação abrange o território onde ela radica pelo que contém uma referência a essa profundidade histórica. Os países novos como o Brasil têm uma distância inevitável com os países mais velhos como a Índia e a China que podem reclamar continuidade etno-cultural; com países como o México e a Turquia que têm uma correspondente sedimentação poli-cultural; e com países como a Itália e a França cuja trajetória nacional uma pluralidade étnica. Em todos esses países torna-se impraticável pressupor uma homogeneidade sócio-cultural como a que se revela como objetivo implícito da modernização e como preceito da teoria regional de fundo marginalista.

Neste estudo não se pretende discutir a fundo este tema. Mas são inevitáveis as referências à postura que se adota nessa matéria. A questão do espaço é necessariamente social porque todos espaços não penetrados de atividade humana são inertes, já seja porque descrevem situações passadas ou porque são indiferentes

à vida humana. Outras observações sobre restrições conceituais aos usos da análise aplicada, que surgirão ao longo do trabalho, cumprem a função de reunir exigências para um aprofundamento nesta linha de pesquisa histórica. Vincula-se a situação espacial atual de cada nação com sua condição histórica, vendo a estrutura espacial como a morfologia de processos sociais.

A rigor, a formalização de uma análise social organizada a partir da forma espacial atual não incorpora nada de novo ao conteúdo dos processos sociais já que são os acontecimentos sociais que promovem as transformações do espaço. Os estudos regionais precisarão sempre de uma perspectiva de períodos com durações definidas. Mas esse tipo de análise se distingue por desenvolver-se dentro de limites epistemológicos próprios sem pretender ser uma assíntota das ciências da natureza, como bem o adverte Freund (1977). A rigor, a análise social sempre contém uma dimensão espacial, seja ela implícita ou explícita. Os elementos que dão universalidade à análise social e os que permitem particularizar na interpretação de problemas específicos estão igualmente contemplados, já que o acontecimento social se inscreve sempre em uma conjunção espaço-temporal inconfundível com qualquer outra.

Em princípio, portanto, os problemas teóricos e metodológicos da análise social sensível aos aspectos espaciais deveriam ser resolvidos com margens equivalentes de confiabilidade em quaisquer escalas de tamanho e de tempo. A originalidade de cada caso e as condições de comparabilidade entre eles são do próprio processo social. Não deve haver dúvidas de que há uma autêntica área de dificuldades conceituais relativas às formações sociais dos países e das regiões.

A identificação desse conteúdo “regional” pode ser conseqüência de uma instabilidade própria do percur-

so de cada país e região³. Pode ser a consequência de um processo com predominância de fatores de mudança ou de outro de aparente imobilidade. Neste sentido cabe questionar os aspectos internos e externos dos processos nacionais e dos regionais. As lutas sociais se identificam com relações de classe, com religiões, com controle de território, quase sempre com polaridade entre identidades culturais e em relação com racionalidade e irracionalidade do poder.

A explicação da categoria espaço leva atrelada a da categoria tempo se bem que de modo diferente do que tem sido praticado em economia. O tempo histórico que se adapta ao espaço e cria espaço não é o tempo linear das séries estatísticas nem o que pode ser excluído à discreção pelo estudioso que escolhe as qualificações de sua análise em curto ou longo prazo. A discussão de problemas de análise social inscrita no espaço de sociedades concretas é igualmente a da duração de processos, que é um aspecto relegado e do confronto de processos com diferentes localizações históricas. Cabe observar que os diversos problemas de incerteza – perfazendo o chamado componente aleatório – correspondendo à suposição de que todos países alcançarão um grau satisfatório de desenvolvimento. Com isso tanto atinge a simetria da propagação dos efeitos de dinâmica do progresso como ao modo de escolher as referências com que ele é analisado. Por isso cabe prever que o debate sobre a teoria social continue focalizando no aspecto tempo, assim como é inevitável que o aspecto espaço seja integrado, desse modo revendo o modo de fazer teoria social.

A partir dessas colocações entende-se que os principais problemas de análise não são os de formalização – modelos etc. – mas de definição de objetivos. A relação entre objetivos e método será essencial na determinação de objetivos em curto e em longo prazo e na ligação entre ambos. A consistência do espaço corresponde

à continuidade do tempo e à preservação de características culturais.

2. Espaço-tempo na Economia Política

O tempo em economia é o dos períodos de produção na agricultura e na indústria, da duração dos equipamentos, da vida útil profissional, sempre de fenômenos conhecidos e previsíveis. Todos esses períodos são também de usos de trabalho ou de engajamento de trabalhadores. O espaço é o lugar do trabalho. É vivificado pelo trabalho mas não se reduz a condições atuais do trabalho senão que passa a ensejar oportunidades futuras para trabalho. O espaço do trabalho corresponde a um dado tempo. Mas, além disso é preciso considerar tempos imprevistos como das variações climáticas, do vulcanismo etc. Todos esses tempos estão situados em certos espaços. Os espaços, tais como de uma região agrícola ou de uma bacia hidrográfica, estão identificados por um dado conjunto de atividades.

Os temas que têm sido identificados com a idéia geral de “regionais” podem ser melhor percebidos em uma perspectiva social que os distinguem de fenômenos genéricos. Consiste em tomar os fenômenos regionais diretamente como eles se materializam em determinados meios físicos e reconhecer seu caráter seqüencial. Daí, o óbvio, em qualquer coleção de fenômenos alguns acontecem antes que outros. As circunstâncias dos fenômenos serão diferentes segundo eles acontecem depois de quais outros.

Em outro aspecto desse mesmo problema regional ressalta-se que se captam certos fenômenos sociais pelo modo como eles aparecem em certos momentos. Por isso a análise regional maneja um conceito de espaço que está atado ao fluxo dos

acontecimentos localizados. A noção de região tem estado no centro de uma necessidade de identificar as atividades econômicas com os lugares onde elas acontecem, inclusive ignorando as relações de causalidade à distancia que fazem com que algumas regiões dependam de algumas outras fisicamente distantes. Regiões cuja organicidade depende de comércio em longa distancia comparadas com outras que se formam sobre o adensamento de relações em um território contínuo.

Dessa interdependência não local surgem os problemas de interdependência que não são os mesmos de inter-regionalidade. Ver-se-á como são artificiais as separações entre as esferas regionais e as nacionais. Nesse perspectiva, que foi adotada de modo não crítico pelos estudos regionais de inspiração marginalista, ignoram-se as contradições inclusas nos padrões territoriais. Cabe observar (i) que os processos regionais interagem com os nacionais, (ii) que os processos regionais geralmente são parte de outros maiores. Em continentes como na Europa em que tem havido mudanças importantes e freqüentes no conjunto dos países, regiões ressurgem como nações e nações perdem regiões.

Assim, uma das imprecisões mais graves das análises sociais consiste em tomar os países e as regiões como entidades imutáveis em vez de vê-los como processos territorializados e interdependentes. Propagou-se, sem ser questionado, o convencimento de que esta relação nação-país é necessária, sem atentar para as turbulências políticas típicas do século XX em que vários Estados nacionais se diluíram e várias regiões vieram a assumir formas de Estados nacionais.

As questões próprias do conteúdo histórico aparecem com clareza no Brasil, onde é nítida a contrapo-

³ Usa-se aqui a expressão percurso para denotar o conceito de Gianbattista Vico de *ricorsi* como as trajetórias históricas das nações. O próprio Vico falava de uma Nápoles que era sede de um reino.

sição entre regiões de colonização mais antiga e regiões de formação recente. Assim, é preciso relativizar o significado de região, de espaço regional e adiante, de sistema de regiões. A própria focalização em definição limita a discussão a situações formalizadas em vez de tratar dos processos formadores de região. Curiosamente é a literatura surgida na Europa Ocidental após a segunda guerra mundial que cria um aparato acadêmico formalista, voltado para a matematização da análise. O viés mecanicista, apoiado em variadas versões de análise marginalista, apesar de serem justamente aqueles países os portadores de experiências históricas mais complexas⁴. As versões norte-americanas seguiram o mesmo caminho com artefatos neoclássicos ou com a pretensão de uma ciência regional.

Verifica-se, portanto, que há um problema de simplificação de método que reduz a problemática regional a uma mera questão de forma de regiões específicas e desqualifica a abordagem regional frente à de setores. A superação dessa simplificação é uma das principais tarefas que se enfrenta no caminho de uma economia dinâmica.

Estes aspectos dos ajustes entre os cortes temporal e espacial são necessários em qualquer revisão da análise espacial que avalie sua capacidade para absorver a heterogeneidade própria da história. Neste sentido, a própria formalização de uma análise espacial constitui uma distorção da análise social, cujo caráter reflexivo é substituído pela consistência formal. Esse é um ponto essencial da análise crítica do campo regional. A prioridade à consistência formal invalidou esse tipo de análise regional para tratar com problemas de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Esse é um aspecto essencial da visão criticista da ciência que foi igualmente denunciada por Gastón Bachelard em seu racionalismo crítico que mostrou uma exigência rigorosa de procedimentos para a pretendida

cientificidade⁵. Será preciso ultrapassar uma simples geografia de fenômenos para tratar os eventos como partes da engrenagem histórica da vida.

Esta discussão leva a revisar o quadro de referências espaços-temporais em que se situa e desenvolve a economia no sentido cabal da Economia Política. As conjugações espaços-temporais correspondem a uma perspectiva histórica de processos concretos que se inscrevem na relação sociedade-meio físico que só pode ser captada a partir dos movimentos do meio social. O problema técnico a seguir consiste em registrar como se realiza essa relação entre as mudanças do campo social e as do meio físico.

É uma perspectiva teórica e metodológica que se concretiza em uma análise de regiões, diferente da interpretação geral da relação genérica entre a sociedade e o meio físico, com uma abordagem econômica própria. Trata-se uma perspectiva teórica cujo desdobramento analítico é operacionalizado para responder questões econômicas formais do ordenamento espacial da economia mas não dos processos da vida econômica. Constitui uma opção, tanto no interior da análise social como da que relaciona os fenômenos sociais com os do meio físico e que levanta questão relativa ao paralelismo de pluralidade e unidade conceitual.

No entanto essa opção de análise não entra no mérito das dificuldades inerentes à conceituação de espaço que se torna de fato a do contexto espaço-temporal. As conjugações de espaço-tempo são essencialmente históricas resumindo o contexto em que ocorrem as transformações sociais. Seu estudo dá lugar a dois diferentes encaminhamentos que são os de examinar seu aspecto histórico sintético que vem a ser o conceito de modo de produção de Marx e seu aspecto formal que aparece na lingüística de Jacobsen na combinação de sincronia e diacronia e em seu aspecto genético como processo e estrutura, tal como tratado nos seminários de Lucien Goldmann.

3. As perspectivas de processo e estrutura

A possibilidade de ver processos e estruturas separados um do outro denota um fosso insuperável entre uma perspectiva cartesiana e outra hegeliana. A visão marxista de processos estruturantes nisso não se separa da de Hegel, simplesmente situa a produção de estruturas como inerente a processos convergentes e contraditórios. Trata-se de processos específicos, jamais de processos genéricos. Também é uma referência a estruturas historicamente determinadas, jamais de estruturas formais vazias como na conceituação de Descartes. Os

⁴ Importantes contribuições como as de Tinbergen, Haavelmo, Meinelcke, von Boventer, correspondem à primeira categoria. Na segunda estão nomes como os de Alonso e Isard. No campo regional o formalismo neoclássico só seria contraposto no ambiente do planejamento latino-americano, em que o descontentamento com o formalismo correspondeu à clarificação de uma visão marxista. A corrente ligada à teoria dos pólos de crescimento, estabelecida por Perroux na linha de Schumpeter se identificaria com a visão industrial do problema, seria questionada como instrumento de planejamento, mas não ofereceria um esquema abrangente de análise. A visão marxista dos processos regionais veio incluir os temas do colonialismo, da exploração, da internacionalidade do capital, da desigualdade incorporada, definindo um fosso insuperável com as correntes do liberalismo.

⁵ A observação de Bachelard é conceitualmente mais ampla que o sentido aqui atribuído. Trata da formalização na representação de fenômenos que lhes reconhece certa extensão, portanto, uma geometria funcional que termina por tratar com o que ele chama de realismo ingênuo. Alega que essa falta de profundidade do realismo obriga a trabalhar "debaixo" do espaço, atendendo à relação entre os aspectos formais. As formas surgiram de experiências sociais.

processos sócio-econômicos e sócio-políticos pertencem a condições civilizacionais, por exemplo, como as que distinguem a urbanização de Cuzco e de Tenochtitlan da de Lima e da Cidade do México. O significado regional de Cholula enquanto foi a Meca do mundo indígena é diferente daquele que passou a ter quando se tornou uma cidade sede de atividades universitárias e deixou de ter um significado religioso.

As funções coloniais foram internacionais em algum momento e perderam essa qualidade regredindo a funções regionais. Os exemplos extremos são os de Salvador da Bahia, de Assunção do Paraguai e de Cartagena de Índias na Colômbia. Salvador foi uma cidade mundial do Império Português em suas rotas oceânicas⁶. Assunção foi a base estratégica do Império Espanhol em sua articulação do sistema fluvial do vice reinado do Prata. Cartagena foi o principal ponto fortificado do império espanhol no controle do Caribe.

Esses são elementos que ajudam a explicar diferenças entre processos regionais em países colonizadores e em países colonizados. Por exemplo, tende-se a pensar que a formação de regiões na França e na Espanha surja de processos próprios de sua nacionalidade enquanto as regiões nos países por eles colonizados na África e na América dependeram de processos originados na Europa. Mesmo reconhecendo a influência dos fluxos de comércio na América e na África adiante surge o fato de que as comunicações entre as colônias espanholas na América foram extremamente prejudicadas pelo controle do comércio desenhado segundo os interesses das metrópoles. Por exemplo, para ir de uma região a outra no Peru e na Bolívia já foi preciso ir ao Panamá e fazer uma viagem pelo Atlântico. A constituição de um sistema de transportes com uma lógica americana foi um dos pleitos do planejamento nacional inspirado na perspectiva regional da CEPAL.

“ Os espaços sociais estão decisivamente marcados pela orografia. As regiões no México estão condicionadas pelas condições de comunicação entre montanhas e a relação entre a costa leste e a oeste é um desafio decisivo para qualquer proposta de integração do povoamento e da economia. ”

Também são argumentos que permitem lançar luz sobre a complexidade do mundo colonial com ancoragem em diferentes escalas de tempo e diferentes horizontes territoriais. A Bolívia foi parte essencial integrante do Tihuantisuyo incaico e tornou-se parte integrante do Vice-Reinado do Rio da Prata, articulada com o Atlântico através do atual noroeste da Argentina. Esses processos que denominamos de passagens regionais descrevem as transições entre conotações regionais de um mesmo conjunto de territórios. Revelam-se necessárias para explicar as mudanças de sistemas de relacionamentos

no ambiente moderno, por exemplo, o papel do Triângulo Mineiro na articulação entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil por meio de sua atividade estratégica de controle do transporte rodoviário.

Outras passagens regionais acontecem com a substituição de modos de transportes associadas a mudanças no elenco de produtos produzidos ou preferidos pelo comércio. Diversos estudos em países latino-americanos evidenciaram uma tendência geral à diminuição do elenco de produtos de consumo da maioria, como em diminuição da variedade em feijão, em milho, em batata, mostrando o peso da influência das empresas multinacionais nas pesquisas em sementes e dos supermercados na indicação de quais variedades preferem comercializar.

Esse tipo de referências leva a considerar o conceito de espaços topológicos, isto é, em que de espaços em que os planos aparecem dobrados, em que são as dobras que vão explicar a lógica das relações espaciais. Por exemplo, quando a lógica dos espaços socialmente formados é a da interrupção por cadeias de montanhas tal como no México, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no Chile. Os espaços sociais estão decisivamente marcados pela orografia. As regiões no México estão condicionadas pelas condições de comunicação entre montanhas e a relação entre a costa leste e a oeste é um desafio decisivo para qualquer proposta de integração do povoamento e da economia. Grandes cidades como Santiago do Chile, Bogotá e Quito testemunham mudanças nos

⁶ Esse papel de Salvador ficou definitivamente exposto no trabalho de José Roberto Amaral Lapa *A Bahia na carreira da Índia* (1987) e nos de Charles Boxer *A idade de ouro do Brasil* (1994) e *O império marítimo português*. Salvador foi um ponto central no sistema de tráfego oceânico do império português em que a escravidão funcionou como referência nas trocas de pessoas, açúcar, fumo, aguardente e óleo de baleia. Perdeu essa posição perante a concorrência do Rio de Janeiro e com a subsequente concorrência com as colônias das Antilhas. Parece ser importante distinguir que a decadência do sistema colonial regional na Bahia foi anterior à do sistema da escravidão..

usos de espaços urbanos periféricos, em que a agricultura é expulsada e substituída por conjuntos habitacionais e por campos de golf. É o mesmo processo que substitui tendências de industrialização urbana por complexos turísticos que estabelecem novas categorias de espaço, agora conduzidos por sistemas subordinados de serviços. Surgem, finalmente, limites ao crescimento das grandes cidades cujos espaços periféricos enfrentam mudanças qualitativas tal como no caso da Cidade do México em que a urbanização rompe os limites naturais do vale do México. A leitura da América Latina contemporânea leva a reconhecer novas categorias de espaço, integrados em sistemas modernos de serviços mas incorporados mediante mecanismos de controle econômico a distancia.

A noção de espaços topológicos transmite a problemática geral de desigualdade entre espaços qualitativos. Destacam-se os papéis dos centros religiosos nas sociedades antigas e nas teocracias do catolicismo colonial e os papéis dos centros administrativos nas sociedades pós-coloniais independentes. Na formação regional na América Latina os papéis das cidades capitais ficaram definidos pela combinação de centros administrativos e políticos e pela consequente concentração das funções bancárias e financeiras em geral. No continente latino-americano a única exceção é São Paulo como única metrópole não capital nacional. Em todos os demais casos a capital política acumulou as funções de capital financeira e centro de influência ideológica. No Brasil a cidade do Rio de Janeiro assumiu uma posição de liderança ideológica colocando-se como centro representativo da cultura brasileira, desconhecendo o fato de ser este um país de várias cidades, mesmo depois de ter perdido a posição de capital política.

Colateralmente, coloca-se a percepção da volumetria dos espaços regionais. Tal como acontece com as cidades, as regiões têm uma dimen-

são de volumetria, que é dada pela composição da volumetria de suas cidades com a de seus espaços não urbanos que podem ser os espaços rurais e os das minas. Regiões como o centro-norte do México ou como o norte do Chile estão determinadas pela concentração de atividades de mineração. A volumetria das regiões significa a criação de espaços de efeitos indiretos diferenciados, tal como se pode observar dos efeitos regionais da concentração de obras de infra-estrutura que ficam fora dos espaços das cidades. Grandes pontes, sistemas de autopista, portos e principalmente aeroportos são conjuntos de investimentos determinantes de alterações dos espaços regionais e, pelas tendências da tecnologia, são irremovíveis.

No campo das ciências sociais processos e estruturas surgem como inerentes aos grandes movimentos dos capitais no que eles organizam a produção, atrelam trabalhadores e determinam usos de recursos naturais. Os sistemas de produção historicamente determinados são inevitavelmente seletivos e estão sujeitos a modos de comportamento que combinam os dados do mundo físico com os do mundo social (MAR-CHAL, 1955).

Encontram-se, portanto, argumentos que exigem certo rigor no tratamento dos conceitos de processo e estrutura no que eles são absorvidos pela teoria econômica. As primeiras referências ligam a percepção de sistemas à de ciclos econômicos, adiante dividindo-se entre os que vêem os sistemas como produtos de uma transformação mecânica dos sistemas e os que deslocam a controvérsia para o confronto entre o positivismo mecânico do país e a variedade de pontos controversos que se configuram no emprego de conceitos gerados em outros campos de estudo.

No campo social os processos são todos datados, correspondem a determinados trechos da história e à intensidade de ocupação de certos

espaços. Pesquisas históricas como hoje no Rio de Janeiro, que redescobrem o sistema de instalações do comércio de escravos, põem frente a frente funções anteriores e atuais com suas correspondentes conotações ideológicas. As datas não são apenas registros estatísticos porém são pistas da estruturação social. Testemunham as transformações dos espaços socialmente incluídos.

4. A dialética do espaço

Torna-se necessário pensar em termos de uma dinâmica interna dos espaços. Os espaços sociais são necessariamente complexos e irreversíveis e passam por movimentos de transformação que envolvem relações sociais e sua territorialidade. A industrialização criou novas condições de espaços e o alto capitalismo concomitante com a industrialização das sociedades periféricas desenvolveu novas contradições na formação de espaços das coletividades desiguais. As transformações dos espaços são interativas com as de tempo, isto é, os espaços são temporais. Neste sentido Aristóteles é mais moderno que Kant.

Por isso deve-se distinguir entre espaços ativos que determinam mudanças e espaços inertes que apenas recebem influências que não têm essa capacidade. A industrialização criou espaços com elevada densidade de capital e concentradores de tecnologia dotados de capacidade para influir no modo de transformação de outras. Paralelamente, a concentração do poder político tornou as capitais as cidades que atraem maiores concentrações de empresas de serviços com efeitos indiretos determinantes dos processos regionais.

São dados próprios destas sociedades desiguais. A reflexão sobre espaço se organiza sobre uma visão histórica que deve perceber diferenças nos modos de apropriação de espaço pelas atividades econômicas e por seus contrapontos culturais. Na realidade surgem novos espaços incomparáveis com os anteriores, tal

como aconteceu com novos centros produtivos em que as indústrias entram demandadas pelas atividades de serviços.

Para passar de uma simples análise descritiva para outra que se envolva com as condições históricas do desenvolvimento é preciso entrar no mérito da dialética do espaço, isto é, da lógica dos movimentos internos que fazem com que os espaços sociais gerem novas trajetórias no processo de acumulação de capital e de valorização dos trabalhadores.

Trata-se dos movimentos de transformação dos espaços em suas inter-relações com o contexto das ideologias e das tecnologias. Distinguiremos movimentos convergentes e dispersivos que põem em contato sistemas historicamente diferenciados e fazem com que os espaços sejam referências transitórias com variados graus de permanência. A questão em causa é que os espaços socialmente criados não são inertes, que são partes ativas dos movimentos de transformação do meio socialmente organizado. A mesma leitura em perspectiva histórica ensina que em um determinado processo há sempre leques de possibilidades abertas pelas bifurcações tecnicamente possíveis em cada sistema. Por exemplo, os espaços criados pela implantação dos sistemas ferroviários têm certa lógica diferente dos criados pela expansão de redes rodoviárias. A prestação de serviços qualificados à sociedade, tais como universidades tem certa lógica que só em parte coincide com a da prestação de serviços a empresas. No entanto no mundo contemporâneo todos esses elementos se cruzam em variados tecidos de influências combinadas, consolidando algumas tendências, eliminando outras e abrindo novas possibilidades de criação e de usos de espaços, tal como aconteceu, por exemplo, com novos usos de equipamentos e com novas formas de mobilização social em torno de objetivos identificados pela sociedade nacional em seu conjunto.

No desenvolvimento do sistema produtivo no capitalismo avançado as inter-relações entre os espaços socialmente produzidos progridem mediante variações de comunicações, tal como hoje se vê no interior das grandes cidades em que se formam bairros complexos e em que os moradores das cidades só se movem em circuitos de movimentos limitados. Os espaços são indicativos de inclusão, ao tempo em que revelam condições de exclusão. A inclusão indica o que vem a fazer parte do espaço enquanto a exclusão descreve o que deixa de fazer parte do espaço, o que se torna espacialmente indeterminado.

A dialética do espaço se realiza por meio das inter-relações entre os elementos internos de cada espaço e os elementos externos do sistema espacial, segundo uns e outros são historicamente condicionados. O significado social dos espaços muda nos impérios, nos Estados nacionais e nos sistemas modernos de dominação. O reconhecimento do dinamismo próprio dos espaços sociais deve levar a uma revisão dos fundamentos da relação entre os estudos regionais e os macroeconômicos naquilo em que estes últimos sempre viram a dimensão regional como residual, quase como um estorvo, algo que se considera de modo condescendente mas que não interfere na ordem dos grandes modelos econômicos.

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edipro, 2006.

BACHELARD, Gastón. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARROW, John; SILK, Joseph. **A mão esquerda da criação**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BELL, John. **Lo decible y lo indecible en mecánica cuántica**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930: Estado e política**. São Paulo: Edusp, 2009.

BOXER, Charles. **A idade de ouro do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Séculos XV – XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3 v.

GOLDMANN, Lucien (Org.) **Proceso y estructura**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1967. 4 v.

HEGEL, G.W.F. **Enciclopédia de las ciencias del espíritu**. México: Fondo de Cultura Económica. 3 v.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES. Universidade Nacional Autónoma do México. México: Distrito Federal, 1985. 2 v.

JAGUARIBE, Helio et al. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1986.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia na carreira da Índia**. São Paulo: Brasileira, 1987.

KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. 1781. seção 1-2.

MARCHAL, André. **Systèmes et structures économiques**. Paris : Gallimard, 1955.

MARX, Karl. **El capital**. México: Fondo de Cultura Económica, 1956. 3 v.

MILLER, John. **The wooven of histor**. Londres : Penguin, 1967.

NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: UNESP, 2000.

SCHWARTZ, Stuart, LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.